



**REVISÃO DO PLANO
DE PORMENOR DA
ZONA DA CERCA**

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO

Volume 1

FEVEREIRO de 2001

**CÂMARA MUNICIPAL DE
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO**

**REVISÃO DO PLANO
DE PORMENOR DA
ZONA DA CERCA**

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO

Volume 1

FEVEREIRO de 2001

**CÂMARA MUNICIPAL DE
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO**

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO	1
1 - ENQUADRAMENTO LEGAL	2
2 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR.....	3
II - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO	4
1 - ENQUADRAMENTO LOCAL.....	5
2 - ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO	6
3 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	8
3.1 - INTRODUÇÃO.....	8
3.2 - PLANOS, COMPROMISSOS E INTENÇÕES	8
3.3 - MORFOLOGIA URBANA.....	10
3.4 - LEVANTAMENTO URBANÍSTICO E CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO	10
3.4.1 - Introdução	10
3.4.2 - Usos do Edificado	11
3.4.3 - Estado de Conservação do Edificado	12
3.4.4 - Número de Pisos.....	13
3.5 - ESTRUTURA VERDE E ESPAÇOS EXTERIORES PÚBLICOS	13
3.6 - INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS E TRANSPORTES.....	15
3.6.1 - Introdução	15
3.6.2 - Inserção na Rede Exterior	15
3.6.3 - Estrutura e Hierarquização	15
3.6.4 - Inventário Físico.....	16
3.6.4.1 - Características Geométricas.....	16
3.6.4.2 - Tipo e Estado de Conservação dos Pavimentos	16
3.6.5 - Tráfego , Transportes Públicos e Estacionamento.....	16
3.7 - INFRAESTRUTURAS URBANAS.....	17
3.7.1 - Introdução	17
3.7.2 - Abastecimento de Água	17
3.7.3 - Drenagem e Tratamento de Águas Residuais e Pluviais.....	18
3.7.4 - Infraestruturas Eléctricas	18
3.7.4.1 - Posto de Seccionamento e Transformação	18
3.7.4.2 - Rede de Média Tensão.....	19
3.7.4.3 - Rede de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão.....	19
3.7.4.4 - Rede de Iluminação Pública.....	19
3.7.5 - Infraestruturas de Telecomunicações	19
3.7.6 - Resíduos Sólidos	20

I - INTRODUÇÃO

1 - ENQUADRAMENTO LEGAL

O presente Plano foi elaborado de acordo com a legislação aplicável em vigor.

O concelho da Figueira de Castelo Rodrigo, dispõe de Plano Director Municipal ratificado segundo a Resolução do Conselho de Ministros 33/95 e publicado em Diário da República, Iª Série - B, nº85, de 10/04/95.

Esta UOPG, em elaboração, consiste na Revisão do Plano de Pormenor da Zona da Cerca que entrou em vigor a 16 de Março de 1989, data da sua publicação no Diário da República, IIª Série, nº 63. Presentemente encontra-se também em elaboração o Plano de Urbanização de Figueira de Castelo Rodrigo, com o qual se irão compatibilizar as opções urbanísticas a adoptar.

2 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO DE PORMENOR

A Área de Intervenção do Plano de Pormenor corresponde a um troço urbano da Vila de Figueira de Castelo Rodrigo. Embora seja uma zona cuja ocupação é recente e que se encontra muito bem definida, existem ainda alguns espaços de colmatação para os quais importa estabelecer novos indicadores e usos do solo.

A Área de Intervenção desenvolve-se de uma forma linear, envolvendo as frentes urbanas da Av. Sá Carneiro, e o espaço urbano compreendido entre esta avenida e a Av. 25 de Abril, e localiza-se a sudoeste do núcleo antigo da vila, totalizando aproximadamente 8,75ha.

II - ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO

1 - ENQUADRAMENTO LOCAL

A área sujeita a Plano de Pormenor é a que diz respeito à envolvente e frentes urbanas da Av. Sá Carneiro, e o espaço urbano compreendido entre esta avenida e a Av. 25 de Abril, e localiza-se a sudoeste do núcleo antigo da vila de Figueira de Castelo Rodrigo, sede de concelho e freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo.

Esta área inclui não só os arruamentos já existentes e devidamente infraestruturados, mas também os conjuntos edificados com frente para os mesmos, assim como algumas zonas de colmatação.

A área de intervenção do Plano de Pormenor integra-se assim na Zona Urbana da Vila de Figueira de Castelo Rodrigo

Figueira de Castelo Rodrigo, sede de Concelho, localiza-se no extremo nordeste do distrito da Guarda. As ligações privilegiadas ao exterior são a E.N. 221 e 332, que fazem o acesso para sul aos concelhos de Pinhel e Almeida e Vila Nova de Foz Côa para norte, e diversas estradas ou caminhos municipais que fazem a maioria das ligações rodoviárias com as outras sedes de freguesia e restantes aglomerados.

O Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo integra-se na Região Centro e na sub-região denominada *Beira Interior Norte*, confrontando a norte com os Concelhos de Freixo de Espada-à-Cinta a norte, do qual se encontra separado pelo Rio Douro, Almeida e Pinhel a sul, demarcado deste último pelo Rio Côa, Vila Nova de Foz Côa a poente e pela província espanhola de Salamanca a nascente.

Do ponto de vista climático, o concelho apresenta características de um clima acentuadamente continental com grandes amplitudes térmicas e de precipitação. No entanto, no vale do Rio Douro verifica-se a existência de um microclima com características mediterrânicas.

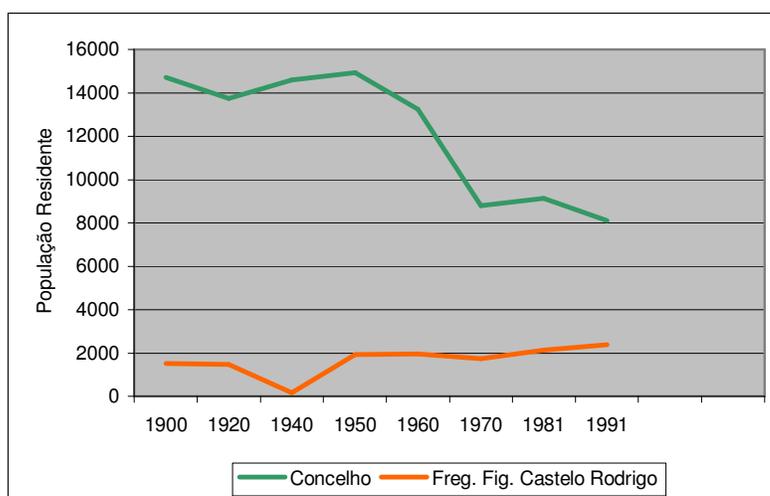
A vila de Figueira de Castelo Rodrigo reúne praticamente todas as funções urbanas (equipamentos colectivos e unidades de terciário) de apoio à população, cabendo-lhe o papel centralizador de todo o concelho, localizando-se algumas na área de intervenção deste Plano.

2 - ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO

Em 1991, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo contava com 8 105 habitantes, menos 1 035 pessoas relativamente a 1981.

A população da vila de Figueira de Castelo Rodrigo tem registado acréscimos populacionais desde meados do século, com excepção da década de 70. Contrariamente, a população concelhia registou um decréscimo de cerca de 44% entre 1900 e 1991, sendo de assinalar que foi no decurso das décadas 50, 60 e 80 onde se registaram os períodos de maior decréscimo demográfico, respectivamente -11%, -33% e -11% .

Figura 1 - Evolução da população no concelho e freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, entre 1900 e 1991



Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE

Reportando esta análise à envolvente regional e à década mais recente (1987/1991), confirma-se que o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo acompanhou os crescimentos desfavoráveis da região em que se insere, embora tenha registado uma variação relativa, ligeiramente superior (-11,0%) à globalidade dos concelhos da Beira Interior Norte, (-9%).

Figura 2 – Contexto e envolvente regional do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo



Quadro 1 – Evolução da População no Beira Interior Norte entre 1981 e 1991

	1981	1991	Tx. Var. (%)
Almeida	10 524	10 040	- 4,6
Celorico da Beira	10 269	8 875	- 13,6
Figueira de Castelo Rodrigo	9 140	8 105	-11,3
Guarda	40 360	38 765	- 3,9
Manteigas	4 493	4 192	- 6,7
Mêda	8 964	7 440	- 17,0
Pinhel	14 328	12 693	- 11,4
Sabugal	18 927	16 919	- 10,6
Trancoso	13 099	11 484	- 12,3

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE

O insucesso do concelho em termos de capacidade efectiva de fixação de população ao longo deste século, sobretudo a partir de 1950, está íntima e fortemente relacionado com o incremento dos fluxos migratórios, tanto para o exterior do país como para o litoral e agravado com o acentuar do decréscimo da natalidade. Na última década (1981/91), os factores que justificaram o declínio demográfico prendem-se sobretudo com a redução da natalidade e com o aumento da mortalidade já que não se verificaram movimentos migratórios de relevo.

Internamente, na última década nas freguesias que integram o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo – só a freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, registou uma evolução ascendente de relevo (12%), sendo de salientar que esta freguesia representa cerca de 1/3 da população concelhia. O seu comportamento demográfico tem sido globalmente ascendente desde 1920 (apenas registou uma queda entre 1960 e 1970).

Neste contexto, a área de intervenção insere-se numa zona da vila cuja ocupação existente é relativamente recente, no entanto, ainda permanecem áreas livres para expansão do aglomerado, de modo a permitir a instalação de novos habitantes.

3 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

3.1 - INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se fazer não só uma avaliação e caracterização do tipo, estrutura e características do desenho urbano, como também uma análise do seu parque edificado e habitacional nas suas diversas vertentes (usos, pisos, estado de conservação e tipo de ocupação). A avaliação da dinâmica construtiva e a identificação dos Planos, Compromissos e Intenções de que esta área é alvo, são também objecto de análise neste capítulo.

Este estudo é apoiado e fundamentado em elementos bibliográficos, observação do local com levantamento urbanístico, dados fornecidos pela Câmara Municipal.

O levantamento do edificado incidiu na totalidade da área de intervenção integrada no Espaço Urbano definido pelo PDM.

A informação recolhida foi cartografada à escala 1:1 000, edifício a edifício, permitindo uma leitura individualizada ou de conjunto dos temas cartografados.

3.2 - PLANOS, COMPROMISSOS E INTENÇÕES

No Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo existem dois planos legalmente eficazes exercendo influência sobre a área de intervenção do Plano de Pormenor. Esses planos consistem no Plano Director Municipal e no próprio Plano de Pormenor da Zona da Cerca.

Para além destes planos, existem outros compromissos e intenções; a maior parte já concretizada, ou em vias de concretização.

Os compromissos e intenções foram fornecidos pela Câmara Municipal e estão cartografados na Planta *Planos, Compromissos e Intenções* (desenho 2).

Plano Director Municipal

O Plano Director Municipal foi ratificado segundo a Resolução do Conselho de Ministros 33/95 e publicado em Diário da República, 1ª Série - B, nº 85, de 10/04/95, encontrando-se em vigor desde então.

Este plano define o ordenamento do concelho com base em classes e categorias de espaço para as quais estabelece os indicadores e regras de intervenção.

Os espaços urbanos, onde se insere a área de intervenção, correspondem aos “espaços caracterizados pelo nível de infraestruturação e densidade populacional, onde o solo se destina predominantemente à edificação habitacional, equipamentos, serviços e indústrias compatíveis”¹.

Plano de Pormenor da Zona da Cerca

O Plano de Pormenor da Zona da Cerca entrou em vigor em Março de 1989, e corresponde à área agora objecto de revisão. Inserida no perímetro urbano de Figueira de Castelo Rodrigo, prevê uma imagem perfeitamente urbana, contemplando o uso habitacional, quer unifamiliar quer colectiva.

Das iniciativas que constam no Plano, ainda falta concretizar uma boa parte da ocupação prevista, no entanto, esta terá alterações na utilização e ocupação do solo na revisão agora em curso.

Até à aprovação do presente PP, a edificação deverá respeitar os indicadores urbanísticos que constam no quadro 2.

Quadro 2 – Índices urbanísticos em vigor na área de intervenção

		TIPOLOGIA		
		HAB. UNIFAMILIAR ISOLADA	HAB. UNIFAMILIAR EM BANDA	HAB. COLECTIVA
Área do Lote (m ²)	máx.	520	221,5	108,75
	min.	388		
Profundidade do Lote (m)	máx.	27	23,5	14,5
	min.	22,5		
Frente do Lote (m)	máx.	23	17 (extremo) 9 (meio)	7,5
	min.	18		
Área de Comércio (no piso térreo)		-	-	7,5 x 12,5m
Número Máximo de Pisos		2	2	3
Área Máxima de Anexos (m ²)		2% x área do lote	2% x área do lote	-
Índice de Construção		0,4	0,57	-
Afastamentos Mínimos (m)	Laterais	5	-	-
	Fronteiro	4	3,5	-
	Tardoz	5	5	-

¹ Regulamento do Plano Director Municipal.

Compromissos e Intenções

Neste capítulo, constata-se que existem compromissos e algumas intenções municipais que estão ligadas, fundamentalmente, a equipamentos ou a espaços de utilização pública, no entanto, existem diversos compromissos com privados que são materializados em licenciamento de obras particulares e cedência de terrenos.

Estas intenções municipais incidem na concretização de equipamentos públicos, inerentes ao desenvolvimento urbano de Figueira de Castelo Rodrigo, e correspondem ao seguinte:

- Construção de um centro de dia;
- Construção de um campo polidesportivo;
- Construção de um pavilhão polivalente;
- Construção de um edifício para os Serviços Técnicos da Câmara Municipal
- Cedência de um lote para a construção do Centro de Saúde

3.3 - MORFOLOGIA URBANA

A área de intervenção do PP corresponde a uma zona de declive muito pouco acentuado, onde os edifícios de cêrcea mais elevada equivalem a 3 pisos e localizam-se na zona norte da área de intervenção. A tipologia predominante é a moradia unifamiliar, sendo a ocupação a sul ainda bastante reduzida.

O início da área de intervenção do PP, zona mais próxima do centro da Vila, dá-se numa zona cuja tipologia dominante é a Mista, onde predomina a Habitação associada a Comércio/Serviços Privados. No topo oposto a esta área, existem duas unidades de equipamentos/serviços privados (o Centro de Formação Agrária e a Telecom).

A malha urbana é reticulada e de arruamentos amplos com bastante estacionamento. Na Av. Sá Carneiro de ambos os lados da via existem alinhamentos arbóreos.

3.4 - LEVANTAMENTO URBANÍSTICO E CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO

3.4.1 - Introdução

Para a obtenção de elementos relativos ao parque edificado existente foi efectuado um inquérito, no local. Esse inquérito foi realizado por elementos da equipa técnica e decorreu na segunda semana de Outubro de 1999, incidindo sobre aspectos da

conservação, utilização, volumetria, valor patrimonial e arquitectónico e tipo de ocupação dos edifícios. Os dados foram posteriormente cartografados e analisados segundo os pontos seguintes.

3.4.2 - Usos do Edificado

Para a caracterização funcional da zona foi elaborada uma Planta de Usos do Edificado (desenho 3) com base nos elementos extraídos do levantamento urbanístico. Da análise desses elementos, identificaram-se 4 classes: Habitação, Comércio/Serviços Privados, Equipamentos Colectivos/Serviços Públicos, e Anexos.

A análise dos dados recolhidos indica que a área em estudo apresenta uma vocação claramente residencial, no entanto, existem alguns casos em que a habitação está associado a uma unidade de comércio ou serviços.

A classe de Anexos engloba todas as construções de apoio à construção principal, tendo como usos dominantes garagem e/ou arrecadação. Estas situam-se na parte posterior do lote.

Figueira de Castelo Rodrigo, enquanto sede concelhia, é detentora dos equipamentos colectivos de maior importância funcional, localizando-se somente dois deles na Área de Intervenção deste Plano de Pormenor, nomeadamente o Centro de Formação Agrária e a Telecom. A localização destas actividades verifica-se no entroncamento da Av. Sá Carneiro com a E. N. 221.

A análise funcional teve como suporte um conjunto de agrupamentos funcionais relativos a unidades de comércio e serviços privados, os quais permitem a identificação do tipo de unidades.

Quadro 2 - Serviços Públicos e Equipamentos

Serviços Públicos	Telecom
Equipamentos Colectivos	Centro de Formação Agrária

Quadro 3 - Unidades Funcionais (Comércio e Serviços Privados)

Grupo Funcional	Unidades
A – Artigos de Uso Pessoal	2
B - Equipamentos para o Lar/Mat. de Construção	4
C – Mat. de Transporte e Combustíveis	1
D - Restauração e Hotelaria	4
E – Serviços Pessoais	1
F – Assistência Médica	1
G – Serviços de Apoio às Empresas	1
H - Fabrico e Reparação	1

3.4.3 - Estado de Conservação do Edificado

Para a avaliação do estado de conservação do parque edificado, foram consideradas 4 categorias principais: Bom, Regular, Mau, Edifícios com Intervenções em Curso (desenho 4).

Entendem-se em Bom estado de conservação, os edifícios que tiveram recentemente obras de manutenção, ou edifícios de construção actual, que por estas razões, não apresentam quaisquer patologias.

No levantamento efectuado, esta categoria localiza-se sobretudo no lado nascente da zona de intervenção e contempla um bairro social promovido pela autarquia, de moradias unifamiliares ainda desocupadas.

O estado de conservação Regular indica que as patologias detectados não são de urgente intervenção e podem ser facilmente reparados, relacionando-se principalmente com a necessidade de obras de manutenção. As edificações nestas condições localizam-se na área norte do plano, e correspondem a edifícios já com alguns anos de utilização e sem qualquer tipo de obras de melhoramentos.

Em Mau estado de conservação encontram-se todos aqueles que o aspecto de degradação é bastante notório, devido à precaridade de qualquer uma das suas componentes: cobertura, paredes, estrutura, vãos, ou todas em conjunto.

Foram detectados na área do plano dois casos de "Edifícios com Intervenções em Curso" que urge resolver, porque são edificações que se iniciaram antes da entrada em vigor do PDM e do PP, estão num adiantado estado de construção mas com as respectivas licenças de construção caducadas, no entanto, os serviços da autarquia não podem renova-las por incumprimento dos indicadores urbaísticos previstos.

A avaliação quantitativa destas categorias encontra-se sistematizada no quadro seguinte.

Quadro 4 - Estado de Conservação do Edificado

	Valor Absoluto
Bom	29
Regular	35
Mau	2
Edifícios com intervenções em curso	2
Total	68

De um modo geral, pode considerar-se que o estado do edificado é regular sendo a percentagem de edifícios em bom estado também significativa. Os edifícios em bom estado correspondem, neste caso, a situações de edifícios de construção recente.

Verifica-se ainda a existência de 2 edifícios em construção, o que atendendo à reduzida dimensão da área em estudo, não é significativo de alguma dinâmica construtiva, sobretudo devido ao impasse descrito anteriormente.

3.4.4 - Número de Pisos

O levantamento do número de pisos encontra-se cartografado na Planta 5. Através da análise destes dados, pode observar-se a predominância de edifícios de 2 pisos. O número de edifícios considerados com 3 pisos é metade do primeiro, podendo afirmar-se que toda a zona se caracteriza, maioritariamente, por um edifício de 2 pisos, traduzindo-se numa percentagem que ronda os 62%.

Quadro 5 - Número de Pisos

	Valor Absoluto
1 Piso	5
2 Pisos	42
3 Pisos	21
Total	68

Existem 21 edifícios de 3 pisos, localizam-se preferencialmente na Av. Sá Carneiro e correspondem a edificações menos recentes.

3.5 - ESTRUTURA VERDE E ESPAÇOS EXTERIORES PÚBLICOS

Os espaços exteriores públicos e a Estrutura Verde são elementos fundamentais da estrutura urbana de um aglomerado, sendo uma componente qualificadora da vivência urbana.

Na área de intervenção, os espaços exteriores públicos são relativamente poucos e não apresentam qualquer relação entre si. De um modo geral, devem ser alvo de valorização, uma vez que o seu tratamento e equipamento é insuficiente. Pode assim, constatar-se que apresenta graves carências de espaços exteriores públicos qualificados. Estes espaços que podem corresponder a Largos, Pracetas, Jardins, Parques ou simplesmente, acompanhamento de vias e estacionamento, são essenciais como espaços de descompressão e reforço de zonas equipadas.

A estrutura verde de um aglomerado baseia-se também num equilíbrio entre os espaços públicos e privados. Por outro lado, os espaços verdes têm sempre uma relação com a envolvente e as suas características são diferentes consoante a sua proximidade ao centro ou à periferia do aglomerado.

Na área de intervenção, embora pouco significativos, podem identificar-se duas tipologias de espaços verdes públicos e o alinhamento arbóreo na Av. Sá Carneiro.

- Espaços Verdes de Enquadramento
- Zona Expectante

Os *Espaços Verdes de Enquadramento* valorizam a envolvente de ruas ou edifícios, não tendo qualquer preocupação de estadia ou utilização lúdica ou recreativa, correspondendo a pequenos talhões de remate a pavimentos ou alinhamentos arbóreos.

A *Zona Expectante* corresponde a uma parcela exígua para a qual não há intenções urbanísticas de carácter público, e resulta da área sobrance dos logradouros ou edificações adjacentes. A zona assinalada na área de intervenção situa-se na área norte do plano, e confina com o limite sul do núcleo antigo de Figueira de Castelo Rodrigo.

Importa ainda referir, que na área em estudo, cuja a tipologia de ocupação predominante é a moradia unifamiliar os espaços verdes privados são insignificativos.

3.6 - INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS E TRANSPORTES

3.6.1 - Introdução

Neste Sub-capítulo procede-se à caracterização das principais infraestruturas viárias da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona da Cerca. Esta caracterização foi efectuada com base em recolhas de informação, que se processaram fundamentalmente, a quatro níveis :

- a) Contactos com a Câmara Municipal de Figueira.
- b) Levantamentos locais efectuados por elementos da equipa Técnica.
- c) Consulta de estudos e Planos.
- d) Consulta de dados estatísticos.

O tratamento da informação permitiu efectuar a inventariação da situação actual e também de todos os projectos, compromissos e intenções da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo ou de outras entidades intervenientes ao nível das infraestruturas viárias e dos transportes.

Completa este capítulo o desenho 7 ao qual é feita referência ao longo do texto e que constitui parte integrante deste relatório.

3.6.2 - Inserção na Rede Exterior

A rede viária integrada na área abrangida pelo Plano de Pormenor em estudo, é constituída essencialmente por um eixo viário principal, a Av. Sá Carneiro, e por um eixo secundário identificado no desenho por RUA “ A “.

O eixo principal, faz o encaminhamento do tráfego que vem da EN 221, que se dirige para o centro da vila e do tráfego que faz o seu atravessamento no sentido Norte-Sul.

3.6.3 - Estrutura e Hierarquização

Em termos de hierquização da rede viária da zona abrangida pelo Plano de Pormenor, podem identificar-se, basicamente dois sistemas viários:

- O Sistema Primário – constituído pela Av. Sá Carneiro, que para além de canalizar parte do tráfego de entrada e saída da vila e o seu atravessamento, desempenha também funções de ligação entre zonas urbanas.

- O Sistema Secundário - é constituído pelas restantes vias urbanas, que têm como funções predominantes o acesso local às edificações ou outras formas de ocupação do solo urbano.

3.6.4 - Inventário Físico

3.6.4.1 - Características Geométricas

Em termos de perfil Transversal e de Traçado - pode estabelecer-se uma distinção nítida entre o sistema primário e o sistema secundário.

Assim, o sistema primário ou eixo principal apresenta um perfil transversal com uma largura apropriada para as suas funções e o sistema secundário também apresenta um perfil transversal adequado ao fim a que se destina.

No desenho 7 representam-se os perfis transversais tipo.

3.6.4.2 - Tipo e Estado de Conservação dos Pavimentos

No desenho 7 apresenta-se ainda a caracterização da rede viária no tocante ao tipo e estado de conservação dos pavimentos.

Os pavimentos são em betuminoso. Em relação ao estado de conservação dos pavimentos da zona de intervenção, estes podem-se considerar em bom estado.

3.6.5 - Tráfego , Transportes Públicos e Estacionamento

Relativamente ao tráfego motorizado apenas na Av. Sá Carneiro se registam níveis significativos de procura. O tráfego que circula por esta via tem características locais, regionais e nacionais. O que provoca alguma perturbação, insegurança e degradação da qualidade de vida urbana.

O estacionamento é suficiente, conjugado-se as várias bolsas da via pública com as garagens próprias de algumas habitações.

3.7 - INFRAESTRUTURAS URBANAS

3.7.1 - Introdução

A caracterização das principais infraestruturas urbanas da área de intervenção do Plano insere-se na caracterização das principais infraestruturas urbanas de Figueira de Castelo Rodrigo, nos seguintes domínios:

- abastecimento de água;
- drenagem e tratamento de águas residuais;
- drenagem de águas pluviais;
- infraestruturas eléctricas;
- infraestruturas de telecomunicações;

Essa caracterização foi efectuada com base em elementos provenientes de:

- contactos com a Câmara Municipal
- contactos com outras entidades
- levantamentos locais efectuados por elementos da equipa técnica
- consulta do P.D.M.

O tratamento da informação recolhida permitiu efectuar a inventariação da situação, actual e de todos os projectos, compromissos e intenções de alteração relativamente às infraestruturas urbanas atrás referidas.

Por forma a completar e clarificar a descrição contida neste capítulo, são apresentadas as peças desenhadas constituídas pelos desenhos 8 a 12, aos quais é feita referência ao longo do texto e que constituem parte integrante deste Relatório.

3.7.2 - Abastecimento de Água

No desenho 8 é representada esquematicamente , à escala 1:1 000 a rede de abastecimento de água na zona de intervenção do Plano de Pormenor da Zona da Cerca.

O abastecimento da rede é feito a partir da Barragem de Santa Maria de Aguiar, depois de tratada na E.T.A. a água é bombada para o Reservatório Geral da Nave, de onde sai por gravidade para o reservatório R1 da Senhora da Conceição e para o reservatório R2 da Vila.

A partir de aqui a água é distribuída pela Vila por uma rede malhada de condutas e percorrem a zona de intervenção do Plano de Pormenor.

Pelo constatado da recolha de dados no local, concluiu-se que: o abastecimento de água é suficiente, havendo pequenos problemas na distribuição devido à insuficiente secção de algumas condutas.

3.7.3 - Drenagem e Tratamento de Águas Residuais e Pluviais

No Desenho 9 é representada esquematicamente , à escala 1:1 000, as redes de drenagem de águas residuais e pluviais na zona de intervenção do Plano de Pormenor.

Pelo que se pode verificar no local a recolha de efluentes domésticos é feita em todas as ruas e conduzidas através de condutas, para uma E.T.A.R.

Em relação à recolha de águas pluviais existe uma rede que percorre os arruamentos, sendo a água recolhida por sumidores e encaminhada por condutas para uma linha de água.

3.7.4 - Infraestruturas Eléctricas

O presente estudo diz respeito à caracterização das infraestruturas de electricidade na área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona da Cerca e engloba as seguintes instalações:

- Posto de Seccionamento e Transformação
- Alimentação em Média Tensão
- Rede de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão
- Rede de Iluminação Pública

3.7.4.1 - Posto de Seccionamento e Transformação

A zona em estudo encontra-se alimentada por um posto de seccionamento e transformação do tipo cabine baixa e com uma potência instalada de 400 KVA.

3.7.4.2 - Rede de Média Tensão

A rede de Média Tensão estabelecida é para a tensão de 15 KV. Encontra-se estabelecida em instalação subterrânea e constituída por cabo monopolar subterrâneo, armado e seco, do tipo LXHIOV, de acordo com o traçado definido na planta 10.

3.7.4.3 - Rede de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão

O abastecimento de energia eléctrica em baixa tensão é constituído por uma rede de distribuição estabelecida a partir do posto de seccionamento e transformação existente.

Esta rede de distribuição existente é mista, incluindo dois tipos de instalação: subterrâneo e aéreo. Na zona do tipo subterrâneo utilizam-se cabos armados de alumínio e caixas de distribuição do tipo armário de passeio donde partem as derivações para alimentação dos consumidores. Nas zonas do tipo aéreo utilizam-se cabos torçada do tipo LXS apoiados em postes de betão, sendo as baixadas aos consumidores, também aéreas, executadas com cabos do tipo XS.

3.7.4.4 - Rede de Iluminação Pública

A rede de iluminação pública, à semelhança do que acontece com a rede de distribuição, também é dos dois tipos indicados, utilizando o mesmo tipo de cabos.

Na instalação subterrânea encontram-se colunas de iluminação em betão e colunas metálicas, sendo mais predominante a coluna de betão. Na instalação aérea, os postes de betão que servem de apoio aos cabos da rede de distribuição, servem também de apoio ás luminárias da iluminação pública.

As luminárias utilizadas são de dois modelos: tipo Sintra 1 com lâmpada de vapor de mercúrio de 125W, na rede aérea e nas colunas de iluminação em betão, e tipo Z1 com lâmpada de 150W de vapor de sódio, nas colunas metálicas, as respectivas localizações estão representadas na planta 11.

3.7.5 - Infraestruturas de Telecomunicações

A rede existente e caracterizada na planta 12 é do tipo aéreo e estabelecida em apoios de madeira com a colocação de alguns pontos de distribuição (PD) em quantidade insuficiente, o que origina extensos traçados com cabos de assinante (TEDS) em instalação deficiente.

3.7.6 - Resíduos Sólidos

A recolha dos resíduos sólidos na área de intervenção do Plano de Pormenor é efectuada diariamente por uma empresa privada e transportados para a Central de Compostagem da Cova da Beira.



FOTO 1 – Vista geral da área de intervenção.



FOTO 2 – Núcleo central da área de intervenção, ainda desocupado.



FOTO 3 – Zona norte da Av. Sá Carneiro, o parque edificado existente está consolidado.



FOTO 4 – A zona sul da Av. Sá Carneiro apresenta ainda áreas de expansão disponíveis, no entanto, existem já algumas edificações habitacionais.



FOTO 5 – Área disponível, para a qual existe a intenção de implementação de um campo de jogos polidesportivo.



FOTO 6 – Moradias unifamiliares de custos controlados, cuja construção foi promovida pela autarquia.



FOTO 7 – Arruamento paralelo à Av. Sá Carneiro. Em dia de Feira, esta via não comporta trânsito nos dois sentidos.



FOTO 8 – Zona verde expectante. Verifica-se algum descuido na manutenção e limpeza neste espaço urbano.



FOTO 9 – Edifício de três pisos, numa situação algo insólita.